



# Prefeitura Municipal de Cambé

Estado do Paraná

**LEI Nº. 1.399/2000**

SÚMULA: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2001.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBÉ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE,

## **LEI:**

**ART. 1º.** – A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2001, abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo seus Fundos e Entidades da Administração Direta e Indireta, assim como a Execução orçamentária obedecerá as diretrizes aqui estabelecidas.

**ART. 2º.** – O Projeto de Lei anual será elaborado em observância às diretrizes fixadas nesta Lei e ai disposto na Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e a Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964.

**ART. 3º.** – A proposta orçamentária para 2001, conterà as prioridades da administração municipal, estabelecidas no Anexo I que acompanha esta Lei.

**ART. 4º.** – Os valores da receita e despesa serão orçados segundo os preços vigentes em agosto de 2000, considerando-se o aumento ou diminuição dos serviços prestados e os efeitos das modificações na legislação tributária ou outro critério que estabeleça.

**ART. 5º.** – A Proposta Orçamentário que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, obedecerá as seguintes diretrizes sem prejuízos das normas financeiras estabelecidas pela Legislação Pertinente.

**PARÁGRAFO 1º.** – Não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos correspondentes.

**PARÁGRAFO 2º.** – As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município, terão as suas fontes revisadas e atualizadas, considerando os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as suas respectivas produtividade e rendimentos.

**PARÁGRAFO 3º.** – O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas.

**PARÁGRAFO 4º.** – O Poder Executivo enviará ao Legislativo Municipal, no corrente exercício, projeto de Lei dispendo sobre alteração na legislação tributária de sua competência.



# Prefeitura Municipal de Cambé

Estado do Paraná

**PARÁGRAFO 5º.** – O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita, resultante de impostos compreendida a proveniente de transferências, prioritariamente na manutenção do Ensino, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal.

**PARÁGRAFO 6º.** – O Município aplicará no mínimo 13% (treze por cento), prioritariamente na manutenção e atendimento à saúde pública.

**ART. 6º.** – A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada pela Câmara Municipal e encaminhada ao Executivo, para compor o Projeto de Lei de Orçamento Geral do Município, até 30 (trinta) dias antes do seu encaminhamento ao Legislativo.

**ART. 7º.** – O Poder Executivo tendo em vista a capacidade financeira do Município, elaborará a proposta Orçamentária de acordo com as normas estabelecidas no anexo desta Lei, podendo se necessário, incluir programas não alencados, desde que financiados com recursos de outras esferas de Governo.

**ART. 8º.** – A manutenção de atividades, bem como a conservação e recuperação de bens públicos, terão prioridades sobre as ações de expansão e novas obras.

**ART. 9º.** – Os projetos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos, especialmente aqueles que exijam contrapartida do Município.

**ART. 10.** – O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo, pra desenvolver programas que visem o desenvolvimento do Município.

**ART. 11.** – As despesas de pagamento de dívida pública, encargos sociais e salários, terão prioridades sobre as ações de expansão dos serviços e obras públicas.

**ART. 12.** – Serão assegurados os recursos necessários para as despesas de capital, em consonâncias com as atividades e projetos orçamentários relacionados com as metas e prioridades estabelecidas nesta Lei.

**ART. 13.** – As despesas com pessoal da administração direta e indireta, ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da receita corrente (Art. 169, C.F. e Lei Complementar nº. 96, de 31 de Maio de 1999).

**PARÁGRAO ÚNICO** – Se, a respectiva despesa exceder o limite previsto nestes artigos, deverá o Município retornar àquele limite, reduzindo o percentual excedente, conforme Art. 21, § 1º., Incisos I, II., § 2º., § 3º., Incisos I e II e § 4º da Emenda Constitucional nº. 19, de 04 de Junho de 1998.

**ART. 14.** – O Município poderá conceder ajuda financeira para entidades assistenciais, culturais, recreativas, representativas de classe educacionais, sem fins lucrativos.



# Prefeitura Municipal de Cambé

Estado do Paraná

**ART. 15.** – As prioridades e metas estabelecidas nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderão ser ajustadas pelo Executivo, justificando as modificações propostas mediante autorização legislativa.

**ART. 16.** – A Lei Orçamentária anual fixará os critérios de atualização das dotações orçamentárias, a serem aplicadas durante o exercício financeiro de 2001.

**ART. 17.** – O orçamento de investimento das empresas em que o Município direta ou indiretamente detenha a maioria do Capital sócia, deverá explicitar: a) denominação da empresa; b) tipo de investimento; c) valor do investimento; d) recursos próprios ou operação de crédito.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Os investimentos á conta de recursos oriundos da participação do Município, serão programados com as dotações previstas no Orçamento fiscal.

**ART. 18.** – Os orçamentos das empresas municipais que não observam as normas da Lei Federal nº. 4.320/64.

**ART. 19.** – O Prefeito enviará a Proposta Orçamentária à Câmara Municipal, até 03 (três) meses antes do encerramento do exercício financeiro, que o apreciará até o encerramento da sessão legislativa.

**ART. 20.** – Será elaborado para os Fundos Municipais, Plano de Aplicação, cujo conteúdo discriminará as fontes de recursos financeiros, determinados na Lei de criação com as normas preceituadas na Lei Federal nº. 4.320/64, quanto às classificações a serem adotadas para suas receitas e despesas.

**ART. 21.** – As receitas e despesas dos Fundos Municipais serão estimadas e programadas de acordo com as dotações previstas no Orçamento Geral do Município.

**ART. 22.** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ,  
aos 27 de Junho de 2000.

José do Carmo Garcia  
Prefeito Municipal

Vilson Rico  
Secretário Municipal de Administração

Saturnino Disney Reche  
Secretário Municipal de Fazenda

Mario Vander Martins Roberto  
Secretário Municipal de Planejamento

**Projeto nº. 36/2000.**  
**Autor: Executivo Municipal.**